

## **Povos e Comunidades Tradicionais - Políticas de Reconhecimento**

**Prof. Resp.: Aderval Costa Filho**

O Brasil e o estado de Minas Gerais abrigam uma enorme sociodiversidade, conformada através de formações sociais específicas e expressa por várias categorias identitárias abrigadas pela categoria inclusiva jurídico formal, administrativa, política e organizativa de "povos e comunidades tradicionais".

Além dos povos indígenas ou povos originários, são reconhecidos pelo Estado Brasileiro, 27 categorias identitárias, inclusive cujas representações têm assento no Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais: as comunidades quilombolas, povos e comunidades de terreiro, povos ciganos, pescadores artesanais, extrativistas, extrativistas costeiros e marinhos, caiçaras, faxinalenses, benzedeiros, ilhéus, raizeiros, geraizeiros, catingueiros, vazanteiros, veredeiros, apanhadores de flores sempre vivas, pantaneiros, morroquianos, povo pomerano, catadores de mangaba, quebradeiras de coco babaçu, retireiros do Araguaia, comunidades de fundos e fechos de pasto, ribeirinhos, cipozeiros, andirobeiros, caboclos e juventude de povos e comunidades tradicionais.

O estado de Minas Gerais reconhece e têm assento na Comissão Estadual de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, 17 categorias identitárias, que são: povos indígenas, comunidades quilombolas, povos tradicionais de matriz africana ou "povos de terreiro", povos ciganos, geraizeiros, caatingueiros, vazanteiros, congadeiros, apanhadores(as) de flores sempre-vivas, faiscaidores, artesãos, o povo circense, as comunidades de carroceiros/as, as comunidades grotieras-chapadeiras, as comunidades canastreiras.

A disciplina pretende problematizar os processos de conformação e autoafirmação identitárias, problematizando também as bases legais e histórico-conjunturais que as referendam e legitimam, bem como as políticas de reconhecimento construídas para garantia de direitos étnicos ou diferenciados.

As políticas de reconhecimento serão tratadas, a partir do pressuposto de que contrariamente ao conhecimento, que é um ato cognitivo não público, o reconhecimento depende de meios de comunicação que expressem o 'valor social' da pessoa ou grupo social.

Por outro lado, os fatos vividos como "injustiça" fornecem uma chave apropriada para explicar, de forma negativa e por antecipação, a ligação interna entre a moral e o reconhecimento (Honneth 2003). O desprezo, o desrespeito, a exploração, os genocídios são desses fatos que se configuram como nítidos "ferimentos morais", que aqui serão tratados não a partir de uma ou outra situação vivenciada, mas como exclusão histórica sofrida por esses grupos sociais.

Já o 'valor social' acima expresso será tratado a partir dos modos de vida diferenciados dos povos e comunidades tradicionais, sua dimensão territorial, os seus processos de territorialização, sua campesinidade, seus saberes tradicionais associados, seus modos familiares de organizar e dispor da produção, as suas formas de sociabilidade e institucionalidade, seus sobredeterminantes étnicos e sua mobilização continuada, visando reprodução econômica, social e política desses grupos.

Questões como nacionalismo, multiculturalismo, diásporas, identidades étnicas, colonialidade do poder do ser e do saber, marginalização e discriminação, etnogênese ou ressurgências étnicas, lutas e políticas de/por reconhecimento e garantia de direitos estarão no foco da disciplina e serão tratadas a partir de bases teórico-conceituais e análise de situações etnográficas específicas.